



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Regras que regulam a relação entre professores e estudantes: uma
análise a partir de uma etnografia em sala de aulas na
Universidade Eduardo Mondlane**

Candidato: Sérgio Fernando Mabjaia

Supervisor: Emídio Vieira Salomone Gune

Maputo, Abril de 2021

**Regras que regulam a relação entre professores e estudantes: uma análise
a partir de uma etnografia em sala de aulas na Universidade Eduardo
Mondlane**

Relatório de Pesquisa, na modalidade de Projecto de Pesquisa, submetida ao Departamento
de Arqueologia e Antropologia como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura
em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

O candidato: Sérgio Fernando Mabjaia

O supervisor

O presidente

O oponente

.....

.....

.....

Declaração de honra

Eu, Sérgio Fernando Majaia, declaro por minha honra, que este projecto de pesquisa nunca foi apresentado, na sua essência por nenhum outro estudante para a obtenção de qualquer grau académico. O mesmo é resultado de minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Sérgio Fernando Majaia

Maputo, Abril de 2021

Dedicatória

Aos meus pais, Fernando Augusto Majaia e Deolinda Fernando Majaia.

Aos meus irmãos, Milton Fernando Majaia, pelo apoio incondicional que foi-me dado ao longo do percurso académico; a Augusto Fernando Majaia e a Alexandre Fernando Majaia.

Agradecimentos

Agradeço ao meu supervisor Emídio Gune, pela inteira disponibilidade em supervisionar o meu trabalho, pelas críticas e sugestões feitas e, pelo esforço empreendido para que este trabalho se tornasse uma realidade. A todos os docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, o meu muito obrigado pelos valiosos ensinamentos de cunho teórico, metodológico e cívico fornecidos ao longo do curso.

Agradeço também aos meus colegas da turma de Antropologia 2016, ao Ricardo Cupussa, Salomão Nicasse, Benedito Mussa, Francisco Cossa, Selma Tembe, Aferro Aferro, Vilton Mazive, Helena Mabote, Estrela Chichango, Humberto Chihungo, Stélio Jotamo, Julião Juai, Lorino Nhantumbo, Rosa Tafula, Rosa Vicente, Otília Igreja, Gilda Pedro, Ester Langa, Florência Tovela, Noémia Alberto, Luis Albertino, Patrícia Mutembo, pelos memoráveis debates, convívios e solidariedade fornecidos ao longo da minha estadia na universidade.

Agradeço aos informantes que participaram na presente pesquisa, que incondicionalmente partilharam suas experiências permitindo deste modo que parte significativa deste trabalho fosse possível.

Por fim agradeço a todos que directa ou indirectamente contribuirão para a realização deste projecto de pesquisa.

O meu muito obrigado!

Resumo

O presente estudo analisa regras que regulam a relação entre professores e estudantes em sala de aulas. Da literatura analisada identifiquei duas perspectivas. A Primeira refere que o professor é o único que elabora as regras em sala de aulas e a segunda refere que em suas interações professores e estudantes criam e negociam conjuntamente regras.

A literatura analisada permite compreender que, em seu cotidiano professores e estudantes seguem regras por si criadas e adaptadas em sala de aulas. Entretanto, ao considerar apenas questões ligadas a imposição e adaptação perde de vista outras dinâmicas que configuram a criação e implementação destas.

Diante das limitações encontradas e com base no material etnográfico recolhido em duas salas de aulas compreendi que, em seu cotidiano, professores e estudantes combinam um conjunto de regras baseadas por um lado na exigência ao respeito, pontualidade, assiduidade e na observância dos instrumentos de regulação pedagógica pré-instituídos e por outro, de regras baseadas na negociação e recriação, que ocorrem na interação pedagógica quotidiana. Diferentemente dos outros estudos que olham para a actividade docente e institucional como entidades isoladas na criação de regras, esta pesquisa permite compreender que a interação professores/estudantes é regida por um conjunto de combinações de regras sejam elas de carácter institucional ou criadas em conexão com os estudantes.

Palavras-chave: Regras, interação, negociação e regulação social

Índice

Declaração de honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
1.Introdução.....	1
2.Revisão de literatura.....	4
3.Enquadramento teórico e conceptual.....	10
3.1.Quadro teórico.....	10
3.2.Quadro conceptual.....	10
3.2.1.Definição de regras.....	10
3.2.2.Interacção.....	12
3.2.3.Negociação.....	12
3.2.4.Regulação social.....	13
4.Procedimentos metodológicos.....	15
4.1.Método.....	15
4.2.Técnicas usadas na recolha de dados.....	15
4.3.Processo de selecção dos participantes do estudo.....	17
4.4.Constrangimentos encontrados ao longo da pesquisa.....	17
4.5.Processo de registo, tratamento e análise de dados.....	18
5.Regras que regulam a interacção entre professores e estudantes em sala de aulas.....	20
5.1. Discrição física do local da pesquisa.....	21
5.2. Regras instituídas pelos instrumentos de regulação pedagógica e anunciadas em sala de aulas.....	22
5.3.O contexto da negociação e recriação das regras adicionais em sala de aulas.....	31
6.Considerações preliminares.....	39
Referências.....	41

1. Introdução

O presente estudo analisa regras que regulam a relação entre professores e estudantes em sala de aulas. A pesquisa deste tema partiu da curiosidade em querer compreender as lógicas que estruturam estas relações, partindo da forma de como as regras eram estabelecidas em sala de aulas a qual eu fazia parte.

Num primeiro momento queria compreender as imagens que os estudantes formulavam em relação a actuação dos professores em sala de aulas, onde uns diziam que o professor desta disciplina é bom, daquela é rigoroso e da outra tolerante. Neste processo compreendi que, estas imagens eram imergentes das relações que os professores e estudantes tinham em sala de aulas. Nesta ordem de ideias, procurei compreender o que é que estruturava estas relações, chegando deste modo a forma como as regras eram estabelecidas em sala de aulas.

Neste processo chamaram-me a atenção dois episódios ocorridos em sala de aulas. O primeiro, quando em uma das disciplinas leccionadas no terceiro ano do curso de antropologia, a professora em seu primeiro dia das aulas pediu a turma para que desse sugestões de regras de convivência a serem seguidas por estes ao longo do semestre. Assim, questões como o respeito, assiduidade e a pontualidade faziam parte do conjunto das regras sugeridas. Para além desta observação, chamou-me a atenção um outro episódio ocorrido em uma das aulas, onde o professor ao notar que a maior parte da turma não lera o texto recomendado na aula anterior, anunciou em sala de aulas uma medida antes não apresentada, que era a de elaborar fichas de leitura como requisito base para fazer-se a sala de aulas.

A partir destas observações fiquei interessado em compreender o processo da formulação destas regras que eram anunciadas em sala de aulas, olhando para as interacções que iam-se verificando entre os professores e os estudantes, bem como entre os próprios estudantes.

Os senários acima descritos atiçaram-me a curiosidade em querer analisar o que fora escrito de antemão em relação as regras em sala de aulas. Da literatura analisada identifiquei duas perspectivas. A primeira perspectiva refere que o professor é o único que elabora as regras em sala de aulas (Burden 2003; Carita 1999; Lourenço 2003; Martins 1998; Matos 1996; Postic 1984) e a segunda perspectiva destaca que, em suas interacções, professores e estudantes criam e negociam conjuntamente regras (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008).

De uma forma geral, a literatura analisada permite compreender que, em seu quotidiano professores e estudantes seguem regras por si criadas e adaptadas em sala de aulas. Entretanto, ao considerar apenas questões ligadas a imposição e adaptação perde de vista outras dinâmicas que configuram a criação e implementação destas.

Diante das limitações encontradas e com base no material etnográfico recolhido em duas salas de aulas compreendi que, em seu quotidiano, professores e estudantes combinam um conjunto de regras baseadas por um lado na exigência ao respeito, pontualidade, assiduidade e na observância dos instrumentos de regulação pedagógica pré-instituídos e por outro, de regras baseadas na negociação e recriação, que ocorrem na interacção pedagógica quotidiana. Pode-se daqui inferir que, no contexto ora analisado, Estas regras regulam as relações entre os professores e estudantes ao longo do semestre.

A partir dos resultados deste projecto de pesquisa podemos compreender que, o processo de criação e implementação de regras em sala de aulas não é única e exclusivamente feita pelo professor ou pelas entidades institucionais assim autorizadas, mas que, ela engloba a participação dos estudantes, bem como a conjugação desta (participação) com o uso dos instrumentos de regulação pedagógica, o que sem ela não seria possível a efetivação de um melhor e satisfatório processo de ensino e aprendizagem. Analisa-se que, esta compreensão pode ser levada a cabo pelas instituições de ensino para informar a necessidade de uma maior participação dos estudantes e professores no processo de elaboração dos instrumentos de regulação pedagógica, com benefício para uma melhor efetivação do ensino e aprendizagem.

O presente projecto de pesquisa encontra-se estruturado em seis principais partes, a saber: a primeira, que corresponde a presente introdução, onde debate-se a problemática e o objectivo da pesquisa; a segunda parte destaca a revisão da literatura, onde apresento as principais perspectivas que abordam a questão em análise; a terceira, apresento o enquadramento teórico e conceptual, onde são apresentadas a teoria que guiou a presente pesquisa, bem como a operacionalização dos principais conceitos usados ao longo desta; a quarta apresento os procedimentos metodológicos, onde são descritos o método e as técnicas aqui usadas; a quinta parte está reservada a apresentação e análise dos dados e por fim, a sexta parte as considerações preliminares.

2. Revisão de literatura

Da literatura analisada sobre a temática de regras envolvendo professores e estudantes em sala de aulas identifiquei duas perspectivas. A primeira perspectiva refere que, o professor é o único responsável na elaboração das regras em sala de aulas (Burden 2003; Carita 1999; Lourenço 2003; Martins 1998; Matos 1996; Postic 1984) e a segunda refere que em suas interações, professores e estudantes criam e negociam conjuntamente regras (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008).

Aliada a primeira perspectiva aqui identificada, Burden (2003) refere que a gestão de uma sala de aulas é feita pelo professor, mas é significativo considerar que as actividades de gestão que ocorrem nelas são influenciadas por vários factores. Características dos professores e o ambiente físico da sala de aulas tem uma influência directa sobre o estabelecimento das regras em sala de aulas (Burden, 2003: 45). A abordagem traçada por Burden (2003) permite-nos compreender que, os factores internos bem como os externos desempenham um papel determinante no estabelecimento das regras impostas pelo professor em sala de aulas. Entretanto, ao proceder desta forma perde de vista o contexto no qual professores e estudantes negociam e ajustam regras favoráveis ao seu próprio quotidiano.

Próximo da proposta avançada por Burden (2003), Lourenço (2003) destaca que existem muitos factores que influenciam o estabelecimento das regras em sala de aulas, mas, o professor constitui a parte mais notável deste processo. O autor conclui que a experiência de ensino dos professores e os seus traços de personalidade, afectam consideravelmente o estabelecimento de regras em sala de aulas (Lourenço 2003: 83). Analisa-se que, a proposta avançada por Lourenço (2003) permite-nos compreender que as qualidades do professor influenciam de modo significativa o processo de estabelecimento de regras em uma sala de aulas. Entretanto Lourenço (2003) ao proceder desta forma perde de vista as interações que acontecem entre professores e estudantes, bem como o sistema institucional que já porta consigo todo um conjunto de regras pré-estabelecidas.

Partilhando da mesma abordagem que Lourenço (2003), Martins (1998) destaca que, o professor é o principal responsável pelo estabelecimento das regras em sala de aulas. Diferentemente dos outros autores, para este, quando houver falta de clareza das regras por

parte do professor, os estudantes não seguem as regras pré-estabelecidas. Ainda segundo este (idem) quando não está claro as regras que são estabelecidas em sala de aulas, a probabilidade de comportamentos problemáticos aumenta em tal ambiente (Martins 1998: 36). A partir da explicação que nos é apresentada por Martins (1998) podemos compreender que a clareza na comunicação de uma regra em sala de aulas determina de modo significativo o seu cumprimento. Entretanto ao proceder deste modo Martins (1998) perde de vista o contexto no qual estudantes consultam os instrumentos de regulação pedagógica em vigor em instituições de ensino, com vista a informarem-se sobre seus direitos e deveres, bem como a capacidade que estes têm em questionar regras não compreendidas.

Segundo Postic (1984), o docente “no primeiro dia em que contacta com o grupo de alunos, estabelece de uma forma explícita as regras de ordem, de trabalho, determinando a actuação que todo o aluno deve ter em tal situação, ou então de uma forma implícita ao longo da vida escolar, mostrando, pelo seu comportamento, o que é permitido ou tolerado em tal circunstância” (Postic 1984: 191).

Distante da abordagem apresentada por Postic (1990), em sua análise Carita (1999) destaca que os professores não monitoram as regras pré-estabelecidas em sala de aulas, conseqüentemente, os estudantes que pertencem a esta violam as regras criadas. Ainda segundo esta autora, seguindo esta lógica, as regras criadas pelo professor tornam-se sem sentido e o respeito dos alunos por ambas as regras e pelos professores também diminuem (Carita 1999: 33). A partir da explicação que se nos é apresentada por Carita (1999) podemos compreender que o monitoramento das regras levada a cabo pelo professor em uma sala de aulas condiciona de forma significativa o seu cumprimento. Entretanto Carita (1999) ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual estudantes cumprem regras pedagógicas sem o monitoramento do professor.

Ainda sobre esta perspectiva, Freire (1990) citado por Maya (2002) a partir de um trabalho sobre o cumprimento de regras em sala de aulas realizado com 120 alunos do 7º ano, 153 alunos do 9º ano e 58 professores apresentou os seguintes resultados: os alunos seguiam regras com base na apreciação em relação ao professor valorizando o ser próximo, motivar, explicar bem e ter sentido de humor. Os alunos do 7º ano valorizavam a firmeza e o sentido de justiça do professor e a sua capacidade de os motivar e ajudar; os alunos bem comportados

do 9º ano valorizavam mais o facto de o professor ser um bom transmissor de saber, enquanto os males comportados davam mais valor às características relacionais do professor (Maya 2002: 51).

De acordo com Matos (1996) o professor é o único que decide sobre quem deve ter participação ou não no processo de elaboração das regras em uma sala de aulas. A partir da explicação avançada por Matos (1996) podemos compreender que a participação na elaboração de regras de sala de aulas depende exclusivamente da vontade do professor. Entretanto Matos (1996) ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual instituições de ensino elaboram internamente o conjunto de regras a serem seguidas pelos professores e estudantes em sala de aulas.

No geral, a primeira perspectiva aqui abordada sugere que o professor é quem determina as regras em sala de aulas. Entretanto, ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual instituições de ensino elaboram internamente o conjunto de instrumentos de regulação pedagógica, o qual dita a forma pela qual os estudantes e professores devem proceder em sala de aulas, bem como o contexto no qual professores e estudantes negociam e ajustam regras favoráveis ao seu próprio quotidiano. Analisa-se que, os autores desta perspectiva colocam os estudantes em um “plano inferior, despersonalizando-o, considerando-o como um ser passivo, moldável, dependente do professor que o leva a atingir um fim previamente estabelecido através de uma influência muito directa que sobre ele exerce” (Renca 2008: 165).

Aliada a segunda perspectiva e a partir de uma abordagem distinta da primeira, Manning e Bucher (2003) em sua linha de abordagem destacam que o estabelecimento de regras em sala de aulas é democrática, onde os professores fornecem oportunidades para a participação dos estudantes na criação destas, sendo esta participação algo importante para o convívio saudável entre estes. Ainda de acordo com estes, neste processo, os professores incentivam a participação dos estudantes na criação das regras; perguntam quais as regras que os impossibilita de cumprir o que foi acordado em sala de aulas e quais as regras que podem contribuir para o seu sucesso (Manning e Bucher 2003: 89).

A partir da explicação que nos é avançada por Manning e Bucher (2003) podemos compreender que as regras em sala de aulas obedecem a um padrão em que os professores e

estudantes participam na formulação de regras favoráveis ao seu próprio cotidiano. Entretanto Manning e Bucher (2003) ao procederem deste modo perdem de vista o contexto no qual os professores estabelecem regras aprovadas e regulamentadas institucionalmente aos estudantes, sem uma prévia ou posterior negociação.

Próximo da abordagem apresentada por Manning e Bucher (2003), Fernandes (1990) destaca que o processo de formulação de regras em sala de aulas seguem a várias diretrizes. Segundo este (idem) entre os professores existe uma visão comum no que diz respeito ao estabelecimento de regras em sala de aulas, a qual refere que estas são seguidas quando estão em número reduzido, afirmadas de forma positiva, publicadas e criadas juntamente com os estudantes (Fernandes 1990: 18). A partir da abordagem que é nos avançada por Fernandes (1990) podemos compreender que o número de regras criados pelos professores condicionam o cumprimento da mesma e que a criação de regras em sala de aulas são discutidas entre os professores e estudantes. Entretanto Fernandes (1990) ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual estudantes escolhem quais regras seguir, bem como o contexto no qual regras pedagógicas são pré-definidas por uma regulamentação específica.

Partilhando da mesma abordagem traçada por Fernandes (1990), Cheesman e Watts (1985) destacam que o comportamento em sala de aula é mantido facilmente, pois as regras são em número reduzido, específicas, aplicadas com firmeza e formuladas de forma positiva. A partir da explicação proposta por Cheesman e Watts (1985) podemos compreender que as regras são eficazes quando estiverem em número reduzido, bem como quando privilegia a participação dos estudantes na formulação desta. Entretanto Cheesman e Watts (1985) ao procederem deste modo perdem de vista o contexto no qual professores decidem o número de regras adequado para as salas que leccionam, bem como o contexto em que os professores determinam regras a serem seguidas em uma sala de aulas sem a participação do estudante.

Ainda sobre esta temática Renca (2008) destaca que, a importância da negociação é reforçada por Melo (1993) ao dizer que, “os professores sabem, ou pressentem, que a forma adequada ao estabelecimento de um clima que lhes permita, de facto, dar o programa é através do estabelecimento de uma negociação que pode ser subentendida ou explicitada” (Renca 2008: 84).

Próximo da proposta avançada por Renca (2008), Gaskin (1993) destaca que, quando as regras são impostas e não negociadas em um ambiente, tal ambiente não é diferente de um ambiente sem regras. Ainda segundo este (idem), somente o estabelecer regras em sala de aulas, não significa que estas sejam conhecidas pelos alunos, sendo necessária a comunicação destas por parte do professor para que esta seja cumprida de forma eficaz (Gaskin 1993: 107). A partir das explicações avançadas por Gaskin (1993) e Renca (2008) podemos compreender que o cumprimento das regras está condicionada a negociação entre os estudantes e professores, bem como que a comunicação destas aos estudantes desempenha um papel fundamental. Entretanto, Gaskin (1993) e Renca (2008) ao procederem deste modo perdem de vista o contexto no qual estudantes seguem regras com base em regulamentações específicas, bem como contextos nos quais estudantes em interação informam-se sobre as regras que vigoram em uma determinada sala de aulas.

Estrela (1992) citado por Renca (2008) partilha a mesma opinião acerca da participação dos alunos na definição das regras. Para esta investigadora, “(...) da compreensão da legitimidade da regra decorre a probabilidade de ela ser aceite e respeitada. Se a regra não é considerada como legítima, ela surge aos olhos do aluno como uma arbitrariedade do professor que só será respeitada coercivamente. E o professor não se pode esquecer que a legitimidade das regras se liga à avaliação que os alunos fazem do exercício da autoridade do professor” (Renca 2008: 177).

King (1990), citado por Maya, (2002) num “estudo realizado com alunos australianos entre os 8 e os 16 anos, avaliou a atitude dos alunos face a quatro tipos de estratégias utilizadas pelo professor na aula: a permissividade, o diálogo, a expulsão da sala e o castigo físico. O diálogo foi o estilo preferido, enquanto a permissividade foi o mais rejeitado.” Maya, 2002: 49-50).

A partir de uma visão parcial em relação aos autores até aqui destacados, Domingues (1995), em sua análise refere que, as regras informais, que frequentemente se confundem com as regras sociais, são as mais utilizadas pelos professores na escola e na sala de aula, estas são definidas pelos professores e alunos, servindo para regular as relações que entre eles se estabelecem. Os professores e os alunos negociam permanentemente, visando criar e recriar regras sociais para manter a ordem em sala de aulas (Domingues 1995: 234).

De uma forma particular, a segunda perspectiva permite-nos compreender que, em seu cotidiano professores e estudantes decidem democraticamente que regras seguir em sala de aulas. Entretanto ao procederem deste modo, perdem de vista o contexto no qual, estudantes seguem regras com base em regulamentações pedagógicas específicas; interagem entre si sobre o que devem ou não seguir; cumprem regras com base em experiências vivenciadas e o contexto em que estes informam-se sobre as regras em vigor em uma determinada sala de aulas.

No geral, a literatura até aqui analisada permite compreender que, em seu cotidiano professores e estudantes seguem regras por si criadas e adaptadas em sala de aulas. Entretanto, ao considerarem apenas questões ligadas a imposição e adaptação deixam de lado outras dinâmicas que configuram a criação e implementação destas.

3. Enquadramento teórico e conceptual

Nesta secção apresento a teoria e operacionalizo os conceitos que guiaram a presente pesquisa.

3.1. Quadro teórico

O presente projecto de pesquisa usa a teoria do interaccionismo simbólico, amplamente defendida por Blumer (1969). Destaca-se que, os pilares da teoria do interaccionismo simbólico segundo Blumer (1969) assentam a sua base na ideia de que os indivíduos são seres activos, que se orientam pelo que acontece à sua volta e a si mesmos, a partir das interpretações que estes associam aos fatos, sendo que as reacções estão intimamente ligadas aos significados que os indivíduos dão no seu dia-a-dia por meio da experiência social vivida.

Blumer (1969) apresenta-nos três principais premissas nas quais o interaccionismo simbólico orienta-se, a saber: a primeira, que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que estas têm para eles; A segunda, que o significado de tais coisas é oriunda da interacção social que os indivíduos desenvolvem entre si; e a terceira e a última, que esses significados são manejados e modificados através de um processo interpretativo usado pelas pessoas ao lidar com as coisas que elas encontram.

Partindo destas considerações, o presente projecto de pesquisa adoptou a teoria do interaccionismo simbólico, o que permitiu-me compreender que os professores e estudantes para além de negociarem regras, em suas interacções, estes fazem a combinação de regras por um lado instituídas pelos instrumentos de regulação, bem como de regras imergentes da interacção quotidiana, com vista a regular a sua relação na sala de aulas.

3.2. Quadro conceptual

No presente projecto de pesquisa utilizo os conceitos de regras, regulação social, inteiração e negociação.

3.2.1. Definição de regras

Segundo Burden (2003) as regras podem ser definidas como "padrões de comportamento ou expectativas que devem ser seguidos na sala de aulas, são códigos gerais de conduta que se destinam a orientar comportamentos individuais na tentativa de promover interacção positiva e evitar comportamentos indesejados"(Burden 2003: 79).

Numa visão semelhante a de Burden (2003), Sampaio (1997) destaca que as regras referem-se aos princípios ou directrizes que regulam os comportamentos de indivíduos. Ainda

segundo este (idem) as regras podem ser definidas como declarações gerais ou directrizes que esclarecem as expectativas dos professores para regular os comportamentos dos alunos para que uma sala de aula segura, produtiva e organizada possa ser estabelecida em um ambiente saudável (Sampaio 1997: 14).

Por outro lado, Boostrom (1991) define regra como o que fazer e o que não fazer, incluindo todas aquelas directrizes para a acção e para a avaliação da acção que os professores expressam a partir de palavras ou acções onde a construção dos significados é promovida por meio de regras que este estabelece em sala de aulas (Boostrom 1991: 94).

Analisa-se que, os conceitos de regra proposto por Boostrom (1991) e Sampaio (1997) permite-nos compreender que as regras são criadas e administradas por uma entidade específica, neste caso concreto, o professor. Porém, estes autores ao destacarem o processo de criação de regras como que sendo próprio de uma entidade específica (o professor) perdem de vista o contexto no qual instituições de ensino, através do seu corpo directivo cria o conjunto de instrumentos de regulação pedagógica no qual professores e estudantes devem segui-los.

Por outro lado, Durkheim (2007) citado por Chissano (2018) define regras como um conjunto de meios que regulam os comportamentos e acções dos indivíduos. A definição que se nos é apresentada por Durkheim (2007) permite-nos compreender que as normas são um conjunto de comportamentos criados pela sociedade. Entretanto, Durkheim (2007) ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual os indivíduos no seu dia-a-dia têm de seguir regras criadas pela sociedade e de criar regras que se acomodam ao seu quotidiano.

Próximo da definição apresentada por Durkheim (2007), o Dicionário Enciclopédico (1992) define regras como sendo normas, princípios, preceitos, leis, exemplos, regulamentos, estatutos e ordens. “Este conceito de regras a partir da definição do dicionário permite compreender que as regras estabelecem acções ou comportamentos que possibilitam a formulação de um modelo comum” (Chissano 2018: 17).

No presente projecto de pesquisa utilizo conceito de regras proposto pelo Dicionário Enciclopédico (1992) que define regras como sendo normas, princípios, preceitos, leis,

exemplos, regulamentos, estatutos e ordens que estabelecem acções ou comportamentos comuns.

3.2.2. Interação

Noronha e Noronha (1992) definem interação como toda a acção recíproca entre dois, ou mais indivíduos durante as quais há compartilhamento de informações. Ainda segundo estes (idem) a interação é dita social não somente por produzir significado, mas também por se inscrever num contexto que influencia as acções de cada um dos indivíduos. Concluem que, o aspecto mais importante da interação é que ela provoca uma modificação de comportamento importante nos indivíduos envolvidos, como resultado do contacto e da comunicação que se estabelece entre estes (Noronha e Noronha 1992: 62). Analisa-se que, a definição avançada por Noronha e Noronha (1992), por um lado permite-nos compreender que os indivíduos a partir da interação trocam, criam e partilham significados que formam a sua conduta socialmente, mas por outro lado perdem de vista o contexto no qual a interação negocia regras.

A partir de uma visão parcialmente aproximada a de Noronha e Noronha (1992), Blumer (1969) define interação como uma forma de criar, readaptar, negociar divergências de interesses, tensões e desafectos que resultam na criação de regras. Analisa-se que, Este conceito permite compreender que a interação cria, negocia, readapta divergências e desafectos que resultam na criação de regras.

No presente projecto de pesquisa utilizo a conceptualização de interação avançada por Blumer (1969) o qual vê a interação como uma forma de combinar diversas modalidades, dentre elas negociar divergências de interesses, readaptar, tensões e desafectos que resultam na criação de regras.

3.2.3. Negociação

Segundo Karrass (1994), negociação é um processo, em que duas ou mais partes, com interesses comuns e antagónicos se reúnem para confrontar e discutir propostas explícitas com o objectivo de alcançarem um acordo. Ainda segundo Karrass (idem) o início do processo de negociação se dá pela necessidade de uma das partes em resolver um determinado problema ou solucionar um conflito. “Isso implica em dizer que, para que haja

um processo de negociação, necessariamente precisa haver duas ou mais partes envolvidas e interessadas em negociar para chegarem a um acordo” (Karrass 1994: 12).

A partir da abordagem traçada por Karrass (1994) pode-se compreender que, a negociação imerge da necessidade de resolver conflitos das partes envolvidas. Entretanto, Karrass (1994) ao proceder deste modo perde de vista o contexto no qual indivíduos negociam/acordam sem a necessidade de um conflito pré-existente.

A partir de uma visão parcial em relação a de Karrass (1994), Acuff (1993), citado por Raiffa (1982) refere que, a negociação é um processo comunicativo, que visa um acordo sustentável sobre diferentes ideias e necessidades. A partir da definição avançada por Acuff (1993) pode-se compreender que, a negociação é um processo comunicativo, envolvendo diferentes partes, com o objectivo de chegar-se a um acordo em relação a uma necessidade.

No presente projecto de pesquisa utilizo o conceito de negociação avançado por Acuff (1993), por ser este que melhor capta os senários de negociação envolvendo professores e estudantes em sala de aulas.

3.2.4. Regulação social

De acordo com o Dicionário de Sociologia (1997) a regulação social pode ser definida como Conjunto de pressões directas ou indirectas exercidas sobre os membros individuais ou colectivos de um grupo ou de uma sociedade para corrigir os seus desvios de comportamento, de expressão ou de atitude em relação a regras e normas adoptadas pelo grupo social ou pela sociedade considerada. A definição avançada pelo Dicionário de Sociologia (1997) permite-nos compreender que a função da regulação social é o de corrigir os comportamentos desviantes em relação a regras pré-estabelecidas. Entretanto, ao focar-se na dimensão do desvio e imposição perde de vista o processo de sua constituição, bem como dos direitos dos indivíduos.

A partir de uma abordagem distinta a do Dicionário de Sociologia (1997), Moreira et al (2003) define a regulação social como a implementação e funcionamento de regulamentações

estabelecidas pelo sistema social, que permite assegurar direitos e as obrigações de cada indivíduo.

Analisa-se que, a definição avançada por Moreira et al (2003) capta melhor o conceito de regulação social. Nesta ordem de ideias, no presente projecto de pesquisa uso o conceito de regulação social avançado por Moreira et al (2003).

4. Procedimentos metodológicos

Nesta parte do trabalho apresento os principais procedimentos metodológicos adoptados ao longo da realização deste projecto de pesquisa, bem como de que forma estes auxiliaram-me na concretização dos objectivos aqui traçados.

4.1. Método

A presente pesquisa é de carácter exploratória, realizada com base no método etnográfico. A recolha dos dados esteve assente na observação das interações ocorridas em sala de aulas, especificamente na relação professores-estudantes, a quando do estabelecimento de regras. Nesta ordem de ideias, a pesquisa exploratória permitiu-me identificar a literatura específica que aborda sobre a temática do processo do estabelecimento de regras em sala de aulas e o método etnográfico permitiu-me conhecer e aprofundar o conjunto de regras ali existentes, bem como as dinâmicas da sua execução no dia-a-dia dos professores e estudantes.

4.2. Técnicas usadas na recolha de dados

Para a recolha de dados usei técnicas baseadas na observação participante e em conversas informais. Os dados foram recolhidos a quando do leccionamento das aulas do curso de antropologia, o qual eu fazia parte, isso na faculdade de letras e ciências sociais da Universidade Eduardo Mondlane, especificamente nas aulas do terceiro nível (para o ano de 2018) e na turma do quarto nível (para o ano de 2019), todas decorrendo no período laboral. Para o ano de 2018 as observações decorriam durante os dois semestres e para o ano de 2019, estas decorriam no primeiro semestre.

Por um lado, as aulas do terceiro nível tinham lugar no período da manhã, tendo uma duração de até seis horas, com o início as sete horas e o seu término as 12 horas. Por outro, as aulas do quarto ano tinham uma duração equivalente (de seis horas), mas tendo lugar no período da tarde, com início as doze horas e com o término as dezasseis horas e quarenta minutos.

As observações aqui descritas eram levadas a cabo em dois principais momentos. Por um lado, estas decorriam a quando do leccionamento das aulas e por outro, estas decorriam nos intervalos e em momentos em que a turma aguardava a presença do professor.

Com vista a ter dados mais abrangentes e como forma de ultrapassar a dificuldade imposta pelo não enxergar (por eu ser um pesquisador invisual), no decorrer da presente pesquisa tive o auxílio de certos colegas por mim seleccionados, onde cabiam a estes o papel de descrever os senários físicos (objectos, cores, expressões faciais, edifícios e os movimentos do local da observação), isso como forma de complementar o ouvir, sentir e o escrever, etapas estas fundamentais para eu (como pesquisador) apreender e conhecer o objecto em análise.

Foram ao todo oito disciplinas nas quais as observações decorriam, sendo em seis do terceiro ano e em duas do quarto ano. No local acima mencionado observei as interacções que aconteciam entre os estudantes, bem como entre estes e os professores, principalmente no período que correspondia ao momento do leccionamento das aulas.

A técnica da observação participante permitiu-me por um lado descrever o quotidiano dos professores e estudantes a quando do leccionamento das aulas, bem como a descrição das regras ali existentes; e por outro, esta permitiu-me fazer a descrição física do espaço onde ocorriam estas inteirações.

No decurso da realização da pesquisa usei o ouvir, sentir e escrever como etapas fundamentais para se captar as conversas e o que acontecia ao meu redor, o que possibilitou-me a uma maior imersão no decorrer da pesquisa. Neste processo eu conversava com os estudantes, escutava as conversas que iam-se desenrolando ao longo das aulas e nos intervalos, fazia anotações das regras que eram mencionadas em sala de aulas, descrevia os sons e movimentos que escutava a minha volta, caracterizava os objectos que perfaziam o local da pesquisa a partir do tacto e em alguns momentos procurava associar o olfacto aos possíveis senários ou ambientes da pesquisa. O uso destes sentidos permitiu-me de certa forma a uma maior imersão na pesquisa realizada, bem como na identificação das tendências do que fora registado, o que possibilitou a construção do meu argumento.

Quanto as conversas informais, estas eram mantidas com os estudantes do terceiro e quarto nível do período laboral, especificamente durante os intervalos e, nalguns momentos em períodos em que os estudantes aguardavam a chegada do professor em corredores da faculdade e em sala de aulas.

Pode-se destacar que, as conversas informais estavam relacionadas aos assuntos ligados ao quotidiano dos estudantes e professores em sala de aulas; as regras que eram implementadas em cada disciplina; as expectativas que os estudantes tinham em relação aos professores; ao conjunto de trabalhos dados pelos professores; aos critérios criados pelos estudantes para qualificar os professores; o imaginário dos estudantes em relação as regras anunciadas em sala de aulas; a questão da elaboração das fichas de leitura e dos ensaios; a questão das participações e silêncio em sala de aulas; a preção que os estudantes diziam ter ao longo do leccionamento das aulas; ao conjunto de testes realizados em cada disciplina; e as questões relacionadas a experiência dos estudantes anteriores em relação as regras implementadas.

4.3. Processo de selecção dos participantes do estudo

Nesta pesquisa trabalhei com dez informantes, dos quais seis raparigas e quatro rapazes. Estes residiam nas cidades de Maputo e Matola. É de salientar que, quando decorria a pesquisa, parte dos informantes aqui descritos frequentavam o terceiro ano em 2018 e os outros frequentavam o quarto ano em 2019 na Faculdade de letras e ciências sociais. Dos informantes aqui descritos, sete eram estudantes a tempo inteiro e três eram funcionários, sendo dois da instituição na qual decorriam as pesquisas e um de um a instituição privada. Nesta ordem de ideias, é de salientar que, no momento em que decorria a pesquisa, os informantes desta tinham idades compreendidas entre os vinte aos quarenta anos.

Para a selecção dos informantes da presente pesquisa foram usados critérios relacionados a proximidade e amizade com os estudantes. Esta selecção permitiu-me captar a partir das conversas, o conjunto de regras estabelecidas em sala de aulas, as dinâmicas das negociações e recriações de regras, bem como as relações entre estes e os professores.

4.4. Constrangimentos encontrados ao longo da pesquisa

Três são os constrangimentos encontrados ao longo da elaboração desta pesquisa. O primeiro, esteve relacionado a dificuldade numa primeira fase em descrever visualmente os cenários ao longo da realização das observações, isso por eu (pesquisador) ser invisual, pelo que era mais explorada a parte sonora das conversas registadas em sala de aulas. Com vista a superar este constrangimento, a parte visual foi feita com base no auxílio visual de colegas por mim identificados, onde cabiam a estes o papel de fornecer uma descrição visual quando apenas o ouvir não dava conta, isso com vista a ilustrar e descrever cenários específicos que perfaziam

o local da pesquisa, caracterizando deste modo os movimentos, cores e objectos por mim identificados ao longo das observações.

O segundo constrangimento refere-se a questão do observador “pertencer” ao quotidiano observado, ser estudante da mesma turma, ao que exigiu deste um exercício epistemológico minucioso com vista a deixar de lado os pré-conceitos resultantes da convivência com os professores e estudantes em sala de aulas. Para superar a este constrangimento, conversei com alguns professores e estes ajudaram-me a compreender o teor de uma pesquisa baseada na observação do “familiar”, assim, passei a observar os outros a partir de uma lente externa, optando deste modo pela questão do estranhamento em relação ao local da observação, o que levou-me a compreender outras nuances que desenvolvo na parte reservada a análise dos dados.

O terceiro constrangimento esteve relacionado a desconfiança dos meus informantes a quando das conversas informais, pois, para alguns destes, a minha finalidade era de “estragar os segredos da turma” e denunciá-los aos professores sobre o que conversávamos. Para ultrapassar a este constrangimento, filso compreender que a finalidade do trabalho era baseada em princípios meramente científicos, com o objectivo de compreender o conjunto de regras estabelecidas em sala de aulas. O esclarecimento aos meus informantes permitiu-me colher dados com uma maior abertura por parte destes, pois, estes também encontravam-se no processo de elaboração dos seus projectos de pesquisa, ponto este que facilitou a compreensão destes.

4.5. Processo de registo, tratamento e análise de dados

Durante o exercício etnográfico aqui descrito realizei observações em duas turmas, sendo em uma do terceiro ano para o ano de 2018 e uma do quarto ano para o ano de 2019. Os dados resultantes da observação directa e das conversas informais tidas em sala de aulas eram registados a partir de três principais formas, a saber: mentalmente, por via de um gravador de voz e a partir de um computador, este último, que era usado após a retirada do local das conversas.

Em termos estruturais, os dados colhidos estão agrupados em duas principais partes, onde numa primeira é descrita a estrutura física do espaço da observação e a segunda corresponde

ao conjunto das regras que regulam a interação entre professores e estudantes em sala de aulas, no qual é também feita a análise dos dados colhidos.

Ao longo do trabalho uso nomes fictícios e oculto os nomes das disciplinas nas quais eram realizadas as observações, como forma de salvaguardar a identidade dos participantes desta pesquisa. A partir dos dados registados fiz a leitura das situações comuns nestes, o que permitiram-me identificar tendências que possibilitaram-me construir o meu argumento.

5. Regras que regulam a interacção entre professores e estudantes em sala de aulas

Nesta parte do trabalho analiso em duas secções os dados etnográficos recolhidos ao longo da pesquisa. Na primeira secção caracterizo o local onde decorriam as observações e na segunda secção apresento o conjunto das regras que regulam a interacção entre professores e estudantes em sala de aulas.

Com vista a entender-se a lógica do conjunto destas regras, baseei-me na tipologia de regras avançada por Domingues (1995), o qual permitiu-me distinguir por um lado, as regras definidas pelos instrumentos de regulação pedagógicas em vigor na universidade Eduardo Mondlane e implementadas em sala de aulas e por outro o conjunto de regras adicionais criadas em sala de aulas.

Em relação a temática das regras, Domingues (1995) destaca que “Distinguimos na escola a existência de três tipos de categorias normativas: as regras formais, as regras não formais e as regras informais. Segundo este autor (idem) as regras formais têm origem no nível estratégico do sistema do Ministério da Educação, são estruturadas, são de conhecimento obrigatório, circulam em suportes oficiais (decretos, leis, portarias, despachos e ofícios) ” (Domingues 1995: 234).

Relativamente as regras não formais, Domingues (1995) destaca que, estas “ são elaboradas no nível intermédio do sistema, são estruturadas ou semiestruturadas, têm uma divulgação restrita e circulam tanto em suportes escritos como orais. Podem ser regras interpretativas das regras formais ou regras alternativas que procuram regular áreas de actuação não inteiramente cobertas por aquelas” (Domingues 1995: 234).

Ainda segundo Domingues (1995), as regras informais “são regras que têm origem no nível operativo, na situação social, são não estruturadas, têm uma divulgação desconhecida. São comunicadas verbalmente ou têm uma existência implícita, dificilmente vislumbrável nos documentos escritos, sendo só perceptíveis nos comportamentos administrativos e sociais” . Domingues (1995) conclui que as regras informais, que frequentemente se confundem com as regras sociais, são as mais utilizadas pelos professores na escola e na sala de aula, são definidas pelos professores e alunos, servindo para regular as relações que entre eles se estabelecem. Os professores e os alunos negociam permanentemente, visando criar e recriar

regras sociais para manter uma ordem em sala de aulas. Na escola produzem-se, assim, regras não formais e informais que, muitas vezes, servem para omitir e substituir as regras formais (Domingues 1995: 234).

Analisa-se que, a proposta avançada por Domingues (1995) permite-nos compreender que as regras definidas em sala de aulas são por um lado de carácter não formal e por outro de carácter informal. Nesta ordem de ideias, as regras instituídas pelos instrumentos de regulação pedagógica fazem parte das regras não formais e as regras adicionais criadas em sala de aulas fazem parte das regras informais.

5.1. Descrição física do local da pesquisa

Em termos geográficos, as turmas do terceiro e quarto ano nas quais decorriam as observações situam-se na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, precisamente no espaço académico da Universidade Eduardo Mondlane, este último localizado na Av. Julius Nyerere, no Distrito Municipal KaMaxaquene, na Cidade de Maputo.

Para o acesso aos campos da Universidade Eduardo Mondlane existem um total de cinco entradas, nomeadamente: a da rua da França; a do bairro da Sommerschild; a da Av. Julius Nyerere; a do bairro da Coop e do bairro Polana Caniço.

A Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) está localizada entre uma agência bancária do BCI e um jardim do lado esquerdo (designado localmente de espaço comum). A FLCS funciona em um edifício de dois andares, dos quais o rés-do-chão por um lado está reservado a blocos administrativos e anfiteatros, por outro, o primeiro e o segundo a salas de aulas, anfiteatros e gabinetes de trabalho. O acesso aos andares superiores é feito exclusivamente por via de escadas.

Para aceder ao corredor do primeiro piso do edifício da FLCS, estudantes, professores e funcionários sobem as escadas, que dão acesso a um corredor onde funciona um bloco administrativo, e casas de banho do lado esquerdo do mesmo, junto à uma porta de grade preta, que dá acesso a um anfiteatro. E seguem um conjunto de escadas que dão acesso a sala dos contínuos, e o registo académico do lado esquerdo.

Os estudantes do terceiro e quarto ano, para chegarem as salas de aulas sobem o conjunto de degraus, que dá acesso a um corredor do lado direito onde funcionam dois blocos de salas de aulas divididos em quatro salas, nomeadamente a sala 204, sala 206, a sala 207, a sala 208, e a sala 209. Os espaços onde decorriam as observações eram as salas 206 e 204, todas localizadas no primeiro piso do edifício. As salas onde ocorriam as observações ocupam uma posição lateral esquerda e paralela em relação a duas salas vizinhas, separadas por um corredor que dá acesso a estas. Geometricamente, as salas possuem uma forma rectangular, tendo uma porta numa das laterais e janelas em ambas.

Internamente, as salas possuem um quadro na parte frontal, dividido em três partes, estando as laterais pintadas de preto e ao centro de uma cor branca. Ainda na parte frontal, pode-se visualizar no canto lateral esquerdo uma mesa e cadeira, onde senta-se o professor, tendo um formato, comprimento e largura distintos do resto das carteiras ali encontradas, sendo esta maior e revestido de um feitiço distinto das outras.

Numa das laterais, a sala possui um total de quatro janelas transparentes, que aparentam ter um metro de altura, cujo estas dão vista a parte externa do edifício, onde pode-se visualizar um jardim de relva verde, com diversas plantas em seu redor; um corredor cimentado ao centro e uma estrada alcatroada fazendo fronteira entre o jardim e um espaço de estacionamento onde podem ser visualizados carros estacionados bem como postes de corrente eléctrica nas margens da estrada alcatroada.

5.2. Regras instituídas pelos instrumentos de regulação pedagógica e anunciadas em sala de aulas

Nesta parte do trabalho apresento as regras presentes nos instrumentos de regulação pedagógica e anunciadas em sala de aulas, cujo estas regulam por um lado a interacção entre estudantes e professores, constituindo deste modo o conjunto das regras explícitas “não formais” criadas a nível interno.

Analisa-se que, parte das regras estabelecidas pelos professores em sala de aulas nas quais decorriam as observações eram provenientes de dois principais instrumentos de regulação criados pela instituição, sendo uma a do “regulamento pedagógico”, e outra a do “manual de procedimentos de gestão do processo pedagógico”, todos em vigor na instituição.

Nesta ordem de ideias, o primeiro (regulamento pedagógico) constitui o conjunto de regras pré-instituídas, “onde nela encontramos os princípios, os conceitos, as normas e os procedimentos a observar, especialmente, pelos docentes e estudantes universitários, no processo de desenvolvimento das actividades académicas nas diferentes unidades da instituição, onde o processo de ensino tem lugar, para que se estabeleçam, as relações e interacções que permitem realizar o processo de ensino e aprendizagem com a harmonia e a integridade académica que o deve caracterizar” (Regulamento Pedagógico da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 7).

O segundo (manual de procedimentos de gestão do processo pedagógico) contempla as actividades relativas à planificação, organização e coordenação, orientação, monitoria e avaliação dos programas de ensino na UEM, no âmbito central e das unidades orgânicas. “Estas actividades visam assegurar uma aprendizagem efectiva e significativa dos estudantes, permitindo que, ao longo da sua formação, desenvolvam as competências definidas nos curricula dos cursos que frequentam (Manual de procedimentos de gestão do processo pedagógico, pp. 10).

Analisa-se que, do conjunto das regras existentes nestes instrumentos, as que foram observadas no decurso da pesquisa realizada em sala de aulas e que regulam a interacção entre professores e estudantes podem ser agrupadas a nível da exigência ao respeito, da pontualidade, da assiduidade e da proibição do plágio ou transmissão de informações a quando da realização de testes ou trabalhos.

No tocante a observância do respeito encontramos nos instrumentos anteriormente destacados a exigência deste para com os docentes, discentes e funcionários da instituição. É de destacar que, esta regra foi observada a quando do leccionamento das aulas, tal como é ilustrado nos seguintes trechos,

“Tenho falado sempre isso, sempre que estivermos em um debate, pelo menos aqui na minha disciplina é fundamental que respeitem a opinião do outro colega [...] não gostaria de ver mais alguém a rir ou desprezar a opinião do outro, aqui ninguém sabe mais do que o outro, todos estamos aqui para aprender [...] Aquele que voltar a

rir aqui irei ser obrigada a retirar-lo da sala de aulas”. Falava a professora fazendo menção ao comportamento de certos estudantes que riam e descredibilizavam a opinião de um dos estudantes após este ter deixado ficar a sua contribuição em relação ao debate que decorria em sala de aulas (notas da observação do dia 21 de Março de 2018).

O trecho acima exposto demonstra que no contexto observado, os estudantes no decurso das aulas riem-se e descredibilizam a opinião dos outros estudantes a quando das participações destes em debates ocorridos em sala de aulas, situação esta que fez com que a professora que acistia o episódio acima descrito fizesse menção a observância do respeito a ser levado em conta para com os outros estudantes que deixavam ficar a sua opinião em sala de aulas.

Fora o exemplo anteriormente descrito, em conversa com um dos participantes desta pesquisa compreendi que para além da exigência do respeito entre os estudantes, a exigência deste também é feita por parte do monitor, em relação aos estudantes. O exemplo disto podemos ver no seguinte trecho retirado de uma conversa,

“epá, na verdade quando é aquele monitor a nos dar aulas as coisas ficam muito engraçadas [...] por exemplo na semana passada ele ficou bem chateado connosco porque quase ninguém estava a prestar atenção na aula dele [...] uns mexiam nos telefones e outros conversavam em plena aula [...] ele nos disse que ele também merece respeito e nos disse que, a nossa falta de respeito com ele iria terminar assim que ele falace com o regente da cadeira e nos disse também que no final do semestre iria descontar esta falta de consideração naqueles que tiverem notas muito baixas” (Felicía, estudante, conversa informal no intervalo, dia 12 de Setembro de 2018).

A partir da conversa tida com Felícia pode-se compreender que, os estudantes passam a respeitar os monitores mediante o apelo e advertência deste em relação ao comportamento apresentado pelos estudantes em sala de aulas. Pode-se ainda destacar que, a questão do respeito também é exigida pelos professores em relação aos estudantes, tal como podemos ver no seguinte trecho,

“estás a entrar na casa da mãe Joana?” Perguntava o professor João a um dos estudantes que chegou a sala de aulas atrasado, cujo este após entrar ia em direcção a sua carteira. Enquanto o fazia, o professor disse “volte para fora, tens que aprender a respeitar a mim e aos teus colegas [...] Volte e bata a porta e só entre depois de eu autorizar [...] Não peça desculpa a mim, peça aos teus colegas, porque faltaste com respeito a todos e isso não debes voltar a cometer” (notas da observação do dia 23 de agosto de 2018).

A partir da nota acima descrita pode-se compreender que, os professores fazem a exigência do respeito em sala de aulas, mediante a ocorrência de comportamentos específicos do quotidiano, no caso concreto, o respeito passava por bater a porta antes de entrar em sala de aulas.

De um modo geral, pode-se destacar que, a exigência ao respeito em sala de aulas está atrelada ao surgimento de comportamentos específicos imergentes do quotidiano dos professores e estudantes, o que faz com que sejam accionados mecanismos regulatórios pré-instituídos com vista a frear comportamentos não previstos de antemão pelos professores a quando da interacção entre estes e os estudantes.

Tal como a exigência ao respeito, no contexto ora observado, professores exigem dos estudantes a pontualidade destes ao chegar a sala de aulas, algo também referenciado no regulamento pedagógico em vigor na instituição. Nesta ordem de ideias, a exigência deste era por um lado feita no primeiro dia das aulas e por outro, a quando dos atrasos dos estudantes ao chegarem a sala de aulas no decorrer do semestre, tal como ilustram as seguintes conversas,

“imagine que logo no primeiro dia das aulas a professora nos disse que neste semestre aqui não iria mais nos mimar e que iria ser muito rigorosa, [...] ela nos disse que as nossas aulas iriam seguir um regime mais duro [...] elas começam as sete e ponto e nos deu apenas 10 minutos de tolerância, depois disso nos disse que [...] faça o favor de não bater na minha porta, porque não vou deixar entrar a ninguém e nos disse para perguntar os nossos colegas do anos anteriores, isso para

nós confirmarmos que aqui mesmo não se passa nada” (Bruna, estudante, conversa informal no intervalo, dia 28 de Agosto de 2018).

A partir da conversa com Bruna podemos compreender que, no primeiro dia das aulas, os professores exigem e reforçam a exigência a pontualidade por parte dos estudantes, como uma forma destes não voltarem a cometer situações de atrasos registados nos semestres anteriores e de criar nestes o hábito da pontualidade em sala de aulas. Nesta ordem de ideias, no contexto em análise, a pontualidade passava por chegar a sala de aulas as sete horas em ponto.

É de salientar que, a exigência a pontualidade é também repisada ao longo das aulas, tal como podemos ver nos seguintes trechos,

“eu pessoalmente já passei por uma situação que nunca me esqueço [...] eu ao entrar depois das sete horas e vinte minutos a professora me travou logo na entrada e me disse faça o favor de sair do mesmo jeito que entraste nesta sala [...] ela me disse que eu tinha que lembrar o que nós tínhamos combinado no caso de alguém chegar depois da hora que ela avia dito no primeiro dia das aulas [...] e me disse sem se quer eu falar uma palavra [...] agora faça o favor de sair da sala e não voltar a cometer esta indisciplina, caso contrário haverá choro e ranger de dentes [...] e me disse que tinha que ler bem aquele regulamento pedagógico ai” (Abel, estudante, conversa informal no corredor da faculdade, dia 10 de Abril de 2018).

A partir da conversa com Abel podemos compreender que, em seu quotidiano os professores reforçam a exigência da observância da pontualidade aos estudantes, mediante o controle dos atrasos que estes observam na interacção com os estudantes, bem como a recomendação da consulta ao regulamento pedagógico reforçando deste modo o que fora dito no primeiro dia das aulas e o instituído pelos instrumentos de regulação.

Nesta ordem de ideias, a exigência da pontualidade por parte dos estudantes no contexto aqui descrito passava por estes seguirem o tempo que fora estipulado para a entrada em sala de aulas no primeiro dia destas, bem como o reforço a esta ao longo do leccionamento das aulas.

Para além da exigência a pontualidade, observei que em seu quotidiano professores exigem dos estudantes a observância da assiduidade, ponto este também presente no regulamento pedagógico em vigor na instituição, fazendo parte deste a questão da exigência da participação constante dos estudantes nas actividades curriculares pré-programadas em cada disciplina leccionada ao longo do semestre, tal como pode-se ver nos seguintes trechos das conversas informais e das notas registadas ao longo das observações,

“aqui não quero ver pessoas que não leram, quero todas as fichas de leitura encima das mesas, aquele que não leu tenha a gentileza de retirar-se, aqui não é para aquecer os bancos logo de manhã, se sabem que não leram não me façam gritar e perder o meu tempo” exclamava a professora, quando percebeu que ninguém estava a voluntariar-se para apresentar o texto para a aula que iria decorrer. Alguns estudantes apercebendo-se da forma como a professora exaltava a voz e exigia as fichas de leitura retiravam-se da sala uma a uma ficando apenas os estudantes que haviam elaborado as fichas de leitura “[...] nós já combinamos isso e está muito bem claro lá no plano analítico que eu deixei no primeiro dia das aulas [...] aqui na minha cadeira não vale apenas vocês virem aqui se não lêem os textos, pois eu não vou admitir isso nunca [...] se não querem ter aulas é só me antecipar que eu não venho... tão simples quanto isso” (notas da observação do dia 22 de Outubro de 2018).

A partir das notas da observação acima expostas podemos compreender que em seu quotidiano, professores exigem dos estudantes a elaboração de fichas de leitura, bem como a participação activa destes, como um mecanismo para avaliar e como um critério para os estudantes participarem das aulas ao longo do semestre, prevenindo e reprovando deste modo a ida dos estudantes a sala de aulas sem que estes leiam os textos recomendados, contribuindo deste modo para uma melhor preparação e compreensão dos estudantes antes de participarem das aulas.

Assim, para além do elaborar fichas de leituras e da obrigatoriedade das participações dos estudantes em debates promovidos pelos professores em sala de aulas, a assiduidade exigida pelos professores aos estudantes ao longo do semestre estão presentes também em outras actividades curriculares observadas em sala de aulas, tal como mostra o trecho seguinte da conversa,

“falando disso, eu quase que era pego de surpresa, o professor de repente disse na turma que todos tínhamos que mostrar os trabalhos que ele avia deixado na aula anterior, a sorte minha é que eu tinha feito o trabalho e trazia comigo, esse professor nunca exigia os trabalhos mas naquele dia exigiu e muitos lá na turma não traziam consigo os trabalhos e nem se quer tinham feito o mesmo [...] o professor pediu que os que não tinham feito aquele trabalho retirassem-se da turma e considerou aquilo como a segunda avaliação [...] ninguém esperava que ele iria tomar aquela atitude mas, prontos que fazer, nós é que éramos os culpados no meio disso tudo” (Rogério, estudante, conversa informal no espaço da faculdade, no dia 23 de Abril de 2019).

A partir da conversa com Rogério, podemos compreender que, os professores na interação com os estudantes avaliam a estes, a partir dos trabalhos recomendados a estes, bem como a frequência da elaboração destes mesmos trabalhos, o que fez com que os estudantes que não aviam feito o trabalho que o professor avia recomendado de antemão fossem retirados da sala de aulas. Nesta ordem de ideias, aspectos como a resolução de trabalhos em tempo recomendado pelo professor permitiram com que os estudantes que aviam cumprido com os exercícios fossem avaliados positivamente em relação a sua performance em sala de aulas, comparativamente aos que não aviam feito o mesmo.

Para além do episódio relatado por Rogério, no contexto ora analisado, a exigência da assiduidade por parte dos professores em relação aos estudantes era feita com base no controle do material didático que o estudante levava com sigo no dia da aula, tal como mostra o relato da seguinte conversa,

“aquele professor tirou mais da metade da turma em uma das aulas por nós não tirarmos a cópia do plano analítico e por não trazermos connosco o texto que seria discutido naquele dia [...] e por cima disse-nos que aquilo servisse de lição para as próximas vezes, isso porque acabamos por ter uma falta por não trazermos o material da disciplina dele [...] ele disse que não iria voltar a falar a mesma coisa sempre, pois já nos avia alertado da necessidade de nós trazermos sempre o material recomendado para as aulas dele, mas o problema é que entre nós mesmo temos muita falta de união, alguns não gostam estas coisas de partilharem os textos” (Samuel,

estudante/funcionário, conversa informal no corredor da faculdade, no dia 14 de Maio de 2019).

A partir da conversa com Samuel podemos compreender que, os professores fazem a avaliação e o controle dos materiais anteriormente recomendados por estes aos estudantes, como forma de os manterem com o material correto para a aula programada, bem como para a leitura prévia destes antes dos estudantes fazerem-se a sala de aulas.

No contexto observado, a exigência a assiduidade está ligada a execução por parte dos estudantes das actividades curriculares anteriormente recomendadas pelos professores em sala de aulas, o que faz com que os professores adoptem mecanismos de controle com vista a fazer com que os estudantes observem e reflectam em torno do que fora transmitido como regra no primeiro dia das aulas. Nesta ordem de ideias, a exigência da assiduidade passava pela elaboração de fichas de leituras, leitura prévia dos textos, a execução dos trabalhos anteriormente recomendados e a apresentação do material partilhado pelos professores desde o primeiro dia das aulas.

Para além da exigência da assiduidade, observei que os professores exigem dos estudantes a proibição do plágio ou transmissão de informações a quando da realização de testes ou trabalhos, algo previsto pelo regulamento pedagógico em vigor na instituição onde decorriam as pesquisas. Assim, relatos relacionados a episódios da ocorrência de plágios bem como da transmissão de informações a quando da elaboração dos testes eram recorrentes nas notas das observações e nas falas das conversas, tal como mostram os seguintes trechos,

“perguntem os vossos manos lá do quarto ano, eu jamais perdoo a questão de cábulas [...] nem isso de ter respostas iguais no teste não tolero, aquele que for encontrado nesta situação terá que repetir o ano para servir de exemplo para não me chamarem de nomes amanhã, é melhor estudarem, vocês já viram a forma de como eu elaboro os testes, então não faz sentido tu chegares aqui e andares a cabular [...] o mesmo vale para os trabalhos individuais, nem quero trabalhos idênticos, isso eu vou controlar muito bem [...] e se não acatarem isso que eu estou aqui a dizer, aí seremos grandes inimigos” destacava a professora no primeiro dia das aulas ilustrando as

regras referentes a realização de avaliações de carácter individual e colectivo (notas da observação em sala de aulas do dia 13 de Agosto de 2018).

A partir da nota da observação acima exposta podemos compreender que, os professores alertam e recordam aos estudantes no primeiro dia das aulas da necessidade destes não usarem o recurso a cábula e ao plágio a quando da realização dos testes individuais e dos trabalhos recomendados pelos professores ao longo das aulas. Mas, relatos do uso de cábulas e da ocorrência de transmissão de informações a quando da resolução dos testes individuais eram recorrentes nas conversas com os informantes, tal como mostra o seguinte trecho da conversa,

“eu pessoalmente já fui encontrada por duas vezes com cábula [...] eu não tinha me preparado para fazer aquele teste [...] eu avia escrito em uns dois papelinhos ai e guardei nos meus bolsos, mas quando comecei a abrir na hora que estávamos a fazer a prova, a professora viu-me a cabular e veio arrancar-me o teste e ordenou para que eu retirasse-me para fora da sala de aulas [...] eu tentei pedir desculpas mas em nada resultou [...] e a professora só me dizia que não iria voltar a repetir o que disse no primeiro dia das aulas em relação as cábulas [...] tive que repetir aquela cadeira por causa de uma cabulinha de nada” (Yara, estudante, conversa informal na sala de aulas, no dia 25 de Outubro de 2018).

A partir da conversa com a Yara podemos compreender que, os estudantes fazem o uso das cábulas a quando da realização das avaliações individuais em sala de aulas, mesmo tendo o aviso em relação a proibição do uso deste recurso pelos professores e que, os professores tomam providências quando encontram os estudantes a cabularem, neste caso concreto, a medida passava por retirar o estudante da sala de aulas e reprova-lo pela sua acção.

De uma forma geral, a proibição do uso da cábula bem como a proibição do recurso ao plágio são avisados desde o primeiro dia das aulas pelos professores aos estudantes, mesmo estes sabendo que o seu uso levará a sua reprovação, os estudantes recorrem a eles alegando uma falta de preparo para a resolução dos testes e trabalhos deixados ficar pelos professores ao longo do semestre.

Os dados analisados nesta secção permitem-nos compreender que na interacção com os estudantes, professores fazem o uso do regulamento pedagógico em vigor na instituição, bem como recomendam a leitura deste por parte dos estudantes criando formas de controle adicionais no dia a dia com vista a inculcarem nos estudantes a forma de ser e estar em sala de aulas, bem como para corrigir os comportamentos imergentes do dia-a-dia e os não aprovados pelos professores nesta interacção com os estudantes.

Tal entendimento difere da perspectiva anteriormente apresentada que refere que, em suas interacções, professores e estudantes seguem uma linha democrática, na qual criam e decidem que regras seguir em sala de aulas (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008). A partir dos dados desta secção podemos compreender que, o processo de estabelecimento de regras segue a directrizes bem definidas, no caso concreto, temos a combinação do que é criado em sala de aulas com as regras pré-definidas pelos instrumentos de regulação pedagógica, ponto este também que difere da perspectiva que refere que o professor é o único que elabora as regras em sala de aulas, pois, vemos que, os professores e os estudantes neste contexto tem por base a observância dos instrumentos de regulação pedagógica, como fonte para a criação das regras, combinando-se assim, regras instituídas pelos instrumentos de regulação com regras adicionais de controle.

5.3. O contexto da negociação e recriação das regras adicionais em sala de aulas

Nesta secção analiso o conjunto das regras negociadas em sala de aulas, bem como o processo da sua recriação nesta.

Pode-se analisar que, o processo de negociação observados em sala de aulas onde decorria a pesquisa obedecia a três principais critérios. O primeiro dizia respeito as negociações advindas da necessidade de criar/estabelecer regras conjuntas entre professores e estudantes, onde no início do semestre e por vezes ao longo deste, estes acordavam entre si regras adicionais em relação ao instituído pelos regulamentos pedagógicos, com vista a estabelecer-se um ambiente saudável a quando do leccionamento das aulas no decorrer do semestre.

Em segundo temos as negociações advindas da necessidade do reajuste das regras pré-definidas em sala de aulas, onde os professores e os estudantes discutiam entre si sobre a necessidade de readequá-las, com vista a ultrapassarem-se certos imprevistos imergentes no

quotidiano dos professores e estudantes no decorrer do semestre. E por último temos as negociações resultantes do incumprimento das regras pré-estabelecidas ou acordadas em sala de aulas entre os professores e os estudantes, onde os estudantes sugeriam ao professor um conjunto de alternativas, com vista a ultrapassar-se o clima de instabilidade advinda deste incumprimento, fazendo com que as regras anteriormente criadas passassem pelo processo de recriação.

Quanto as negociações advindas da necessidade de criar/estabelecer regras conjuntas entre o professor e os estudantes, estas decorriam a quando do início do semestre, estes acordavam entre si regras adicionais em relação ao instituído pelos regulamentos pedagógicos, com vista a estabelecer-se um ambiente saudável a quando do leccionamento das aulas no decorrer do semestre. Fazem parte destas regras negociadas os seguintes pontos: datas de entrega e realização das avaliações, bem como o número das avaliações curriculares a serem seguidas durante o semestre; tempo do início de uma aula, bem como o tempo limite para entrada na mesma e a modalidade das avaliações a serem seguidas (se com consulta ou não).

Quanto as datas de entrega e realização, bem como o número de avaliações curriculares a serem seguidas durante o semestre podemos ver nos relatos das seguintes conversas e das notas registadas o contexto da sua efetivação,

“já viram que no plano analítico eu coloquei ai que teríamos neste semestre duas avaliações [...] querem entregar quando este trabalho?”, perguntava a professora em uma aula, onde explicava uma matéria relacionada ao conteúdo do trabalho que iria deixar posteriormente, “professora queremos entregar este trabalho no final do semestre [...] assim teremos tempo suficiente para fazer com mais calma”, respondiam alguns estudantes a professora “eu concordo também com os colegas, tendo em conta que o trabalho é um pouco grande [...] faz sentido sim entregar no final do semestre”, acrescentava o outro estudante, “está bem, então ficamos para o dia 28 de Maio, eu acho que esta data está bem, até lá já estaremos no final do semestre [...] concordam?” perguntava a professora aos estudantes, “acho que está bom sim, é uma boa data”, concordavam os estudantes com a decisão proposta pela professora (notas da observação do dia 14 de Abril de 2019).

A partir das notas acima expostas podemos compreender que, os professores e estudantes negociam conjuntamente a data de entrega das avaliações, onde estes propõem a professora uma determinada data e os outros estudantes vão dando a sua apreciação em relação ao proposto, concordando ou recusando a proposta, para no fim a professora deixar ficar a sua opinião final com base nas propostas dos estudantes. Tal como na negociação das datas de entrega das avaliações, são também negociadas o número de avaliações a serem seguidas pelos estudantes em coordenação com os professores, tal como pode-se ver na seguinte conversa,

“olha, nós negociamos a quantidade dos testes a serem feitos aqui, mas também nós temos muitas disciplinas, a professora apareceu com uma proposta dela, mas nós dissemos que as avaliações eram muitas, só de imaginar em fazer três testes escritos e ainda dois trabalhos é muito isso, então acabamos pedindo para ela ver bem a quantidade das avaliações a serem feitas neste semestre, então ela nos disse para cada um aí dar a sua proposta em relação a quantidade de testes e trabalhos para seguirmos, uns propunham uma avaliação outros dois e a maioria acabou escolhendo dois testes escritos e um trabalho [...] ai pelo menos quando tu caís em uma avaliação podes recuperar em outra” (José, estudante, conversa informal no espaço da faculdade, no dia 17 de agosto de 2018).

A partir da conversa com José podemos compreender que, em suas interações, professores e estudantes negociam entre si o número de avaliações a serem seguidas ao longo do semestre, sendo esta negociação baseada em propostas apresentadas pelos estudantes, dando assim a professora a palavra final baseando-se nas propostas avançadas pelos estudantes em sala de aulas. Tal como assiste-se nestas salas de aulas a negociação do número de avaliações a serem seguidas durante um semestre, é também negociada a modalidade de avaliações (se com consulta ou não) a serem observadas ao longo do semestre, tal como pode-se ver nos seguintes relatos,

“aqui na maior parte das vezes poço assim dizer que nós é que negociamos com o professor a forma que devemos ser avaliados [...] por exemplo na semana passada aquele professor veio aqui e nos disse que o teste seria realizado nesta semana e disse que seria sem consulta, nós começamos a pedir para ele não dar um teste sem

consulta, isso porque naquela disciplina ai vimos muita matéria, então ai ele nos disse que tínhamos que discutir entre nós o dia que nós queremos fazer a avaliação e se queriam mesmo um teste com ou sem consulta, e mandou para o chefe da turma mandar a nossa decisão por email [...] temos muitos textos para ler, fazer teste sem consulta seria um desastre para nós” (Dulce, estudante/funcionária, conversa informal no intervalo, no dia 9 de Setembro de 2018).

A partir da conversa com Dulce podemos compreender que, os estudantes discutem entre si as modalidades de avaliações a serem seguidas em sala de aulas, escolhendo o dia bem como se querem um teste com ou sem consulta, para depois submeterem a decisão final ao professor.

Tal como a negociação das modalidades das avaliações, também acontecem negociações ligadas ao tempo estabelecido para o começo de uma aula, bem como a tolerância para a entrada nesta, tal como podemos ver nos seguintes relatos,

“pela minha experiência [...] eu posso dizer que, os professores na maior parte das vezes costumam vir aqui com um horário já bem definido para entrar na sala de aulas, mas nós quase sempre pedimos uma tolerância para entrar imagine que nós que vivemos muito longe, para chegarmos aqui tem sido um trabalho que nem imaginas, então costumamos discutir ai e os outros colegas dão a sua opinião em relação a hora limite para entrar em sala de aulas, normalmente costuma oscilar entre uma tolerância de dez, vinte e até 30 minutos, depois disso ninguém mais entra na sala” (Abel, estudante, conversa informal no dia 2 de Novembro de 2018).

A partir da conversa com Abel podemos compreender que, em suas interações, professores e estudantes negociam entre si sobre qual o tempo a ser observado e tolerado para a entrada na sala de aulas, onde neste caso concreto a tolerância negociada oscilava entre 10 a trinta minutos dependendo da disciplina e da negociação havida entre os professores e os estudantes.

De uma forma geral, no contexto analisado, as negociações que imergem da necessidade de criar/estabelecer regras conjuntas entre o professor e os estudantes tem por finalidade a

regulação dos comportamentos e as actividades curriculares dos estudantes, tendo como base as decisões por estes acordadas, assim, as regras criadas incluíam datas, modalidade de avaliações e o horário a ser seguido para a entrada em sala de aulas.

Quanto as negociações advindas da necessidade do reajuste das regras pré-definidas em sala de aulas, nesta, professores e estudantes discutiam entre si sobre a necessidade de readequar as regras com vista a ultrapassarem-se certos imprevistos imergentes no quotidiano destes ao longo do semestre. Fazem parte destas regras os seguintes pontos: critérios para a participação dos debates promovidos em sala de aulas e o uso de computadores e telefones celulares no decurso das aulas, tal como podemos ver nos seguintes relatos,

“aqui definimos um critério para a participação em sala de aulas [...] todos os colegas que quiserem participar da aula tem que levantar a mão antes de intervir e só o fazer depois do professor autorizar [...] isso nós combinamos porque aí na sala todos queriam falar ao mesmo tempo e tinham pessoas que nunca falavam nada, nós falamos com o professor para que revesse essa situação aí para pelo menos todos participarmos da aula [...] é que se aí tu não participas acabas por não ser avaliado e podes reprovar nas brincadeiras” (Adelaide, estudante, conversa informal no dia 28 de Agosto de 2018).

A partir da conversa com Adelaide podemos compreender que os estudantes negociam por um lado entre si e por outro com o professor sobre a forma de como estes devem intervir nos debates em sala de aulas, no caso concreto foi definido o levantar o braço antes de intervir nos debates e só assim o fazer após a permissão do professor. Analisa-se que, esta passou a ser uma regra a ser observada após os outros estudantes notarem uma certa desorganização na participação em sala de aulas, o que fez com que estes interagissem entre si e com o professor com vista a organizarem as intervenções em sala de aulas.

Outro episódio verificado nos relatos deixados ficar pelos informantes dizia respeito ao uso dos aparelhos electrónicos em sala de aulas, onde os professores e estudantes acordavam entre si sobre a modalidade de uso destes em sala de aulas, tal como pode-se ver nos seguintes relatos,

“os professores nem sempre aceitam o uso dos telefones em sala de aulas [...] alguns inclusive te tiram da sala de aulas se ficares a mexer no telefone durante a aula, eu e os meus colegas já fomos chamados atenção em várias disciplinas, mas me recordo que já conversamos uma vez com o nosso professor e ele nos permitiu usar os telefones somente nos testes com consulta e para a pesquisa de algo no meio das aulas mas para chegarmos a este ponto tivemos que pedir por muito isso, porque ele não queria saber nada de telefones em sala de aulas, isso porque eles podem tirar-nos a atenção” (Samuel, estudante, conversa informal no pátio da faculdade, dia 11 de Maio de 2019).

A partir da conversa com Samuel podemos compreender que os professores restringem o uso dos aparelhos celulares enquanto decorrem as aulas, por causa da distração que estes provocam, situação esta que faz com que os professores ao notarem o uso destes aparelhos por parte dos estudantes passem a proibir o seu uso, ficando apenas para os efeitos de pesquisas e para os testes com consulta.

De uma forma geral, pode-se afirmar que, a negociação das regras com vista ao reajuste das mesmas estão ligadas a comportamentos não previstos de antemão, algo que faz com que estas regras não apresentem-se de forma explícita em sala de aulas, surgindo apenas quando comportamentos específicos surgem no decorrer das aulas, no caso concreto, o uso não autorizado dos telefones em sala de aulas, bem como a intervenção sem levantar o braço para participar dos debates em sala de aulas.

Por último temos as negociações resultantes do incumprimento das regras pré-estabelecidas pelos instrumentos de regulação pedagógica ou acordadas em sala de aulas entre os professores e os estudantes, onde estes últimos sugeriam ao professor um conjunto de alternativas, com vista a ultrapassar-se o clima de instabilidade advinda do incumprimento das regras, fazendo com que as regras anteriormente criadas passassem pelo processo de recriação, tal como podemos ver nas seguintes notas extraídas da observação,

“eu não fiz plágio professor, eu fiz este trabalho usando todas as referências que o professor havia deixado”, falava um estudante em frente a carteira do professor após este ter zero como resultado do plágio. “eu sei muito bem onde tu foste tirar isso”

dizia o professor ao estudante, “tu foste tirar esta informação nos meus textos de apoio, [...] eu é que escrevi aqueles textos de apoio e tu vens me dizer que não copiaste aquele texto? [...] você bem como os outros tiraram esta nota porque não fizeram o trabalho, foram copiar coisas ai e agora estão aqui a reclamar”, comentava o professor. “Professor estamos a pedir uma chance para refazermos o trabalho [...] o trabalho era muito difícil, eu não consegui fazer muito bem, mas tentei” comentava o outro estudante. “ok, eu irei considerar o vosso pedido de rectificarem os trabalhos, todos que tiveram negativa podem rectificar e entreguem-me até a próxima semana, mas eu acho isso difícil, porque este trabalho era para ser feito em um semestre, agora vocês vem com esta de rectificarem o trabalho [...] ok vamos ver se rectificam em uma semana [...] isso também vale para todos aqueles que cometeram fralde”, falava o professor após um estudante pedir uma segunda oportunidade com vista a rectificar o trabalho e recuperar a nota tirada (notas da observação do dia 3 de Junho de 2019).

A partir da nota acima exposta podemos compreender que em sua interação professores e estudantes negociam entre si as regras anteriormente criadas com vista a dar uma segunda oportunidade aos estudantes, com vista a refazerem os trabalhos tidos como resultantes do plágio cometidos por estes, situação esta também relatada em uma conversa com Bruna,

“teve uma vez que eu estava em apuros, encontraram-me com uma cábula no teste que eu estava a fazer em sala de aulas, quando a professora encontrou-me arrancou-me o teste e disse-me que já reprovei, depois de um tempo fui pedir a ela que desse-me uma chance para eu refazer o teste tive inclusive que chorar enfrente dela para pedir uma segunda oportunidade, só ai é que ela me disse para que eu não repetisse aquilo e disse-me para que eu fosse procurar os outros estudantes que estavam também na mesma situação para fazermos outro teste” (Bruna, estudante, conversa informal durante o intervalo, dia 24 de Outubro de 2019).

A partir da conversa com Bruna podemos compreender que os estudantes negociam com o professor em relação as regras anteriormente destacadas, no caso concreto, a proibição ao recurso as cábulas em testes sem consultas, o que fez com que a professora desse uma segunda oportunidade a estudante recriando deste modo a regra anteriormente definida.

De um modo geral, no contexto analisado a negociação das regras em sala de aulas está ligada a um conjunto de critérios que visam a partir das interações do quotidiano criar, adaptar e recriar regras com vista a incorporar os estudantes dentro de uma lógica em que estes participem na elaboração das regras criadas em sala de aulas olhando para as suas actividades do dia-a-dia, bem como para facilitar o processo de ensino e aprendizagem observados por estes ao longo do semestre, tendo sempre como base os instrumentos de regulação pedagógica como fonte das negociações.

Nesta ordem de ideias, nesta secção mostro que a criação de regras segue a critérios bem definidos onde professores e estudantes interagem e seguem regras pré-instituídas pelos instrumentos de regulação, bem como criam conjuntamente com os estudantes regras adicionais para atender a situações imergentes do quotidiano destes. Tal entendimento difere da análise avançada por autores como Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003 e Renca 2008), que referem que a implementação de regras em sala de aulas é democrática e que os estudantes seguem o que querem.

Tal entendimento é também distinto daquele que afirma que o professor é o único que elabora as regras em sala de aulas (Burden 2003; Carita 1999; Lourenço 2003; Martins 1998; Matos 1996; Postic 1984). Distintas destas perspectivas, os resultados da presente pesquisa permitem compreender que, em seu quotidiano professores e estudantes criam e seguem regras com base em instrumentos de regulação pedagógicas pré-definidos, criando deste modo, regras adicionais em sala de aulas por meio da interacção que estes estabelecem entre si.

6. Considerações preliminares

No presente estudo analisei regras que regulam a relação entre professores e estudantes em sala de aulas. Da literatura analisada, duas são as perspectivas identificadas sobre a temática em destaque. A Primeira refere que o professor é o único responsável na elaboração das regras em sala de aulas (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008) e a segunda refere que em suas interações professores e estudantes criam e negociam conjuntamente regras (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008).

A literatura analisada permite compreender que, em seu cotidiano, professores e estudantes seguem regras por si criadas e adaptadas em sala de aulas. Entretanto ao considerarem apenas questões ligadas a imposição e adaptação perdem de vista outras dinâmicas que configuram a criação e implementação destas.

Diante das limitações encontradas e com base no material etnográfico recolhido em duas salas de aulas, compreendi que, para regular a sua interação pedagógica no cotidiano, professores e estudantes combinam um conjunto de regras baseadas por um lado na exigência ao respeito, pontualidade, assiduidade e na observância dos instrumentos de regulação pedagógica pré-instituídos e por outro, de regras baseadas na negociação e recriação que ocorrem na interação pedagógica cotidiana.

Compreendi, ainda que, por outro lado, no contexto em alusão, professores exigem dos estudantes pontualidade, assiduidade e respeito, tal como estipulado pelo instrumento de regulação pedagógica em vigor na instituição. O respeito incluía bater a porta antes de entrar em sala de aulas; a pontualidade, em chegar a sala de aulas no tempo acordado no primeiro dia da disciplina e a assiduidade, em elaborar fichas de leituras, trabalhos recomendados, o porte do material adequado para as aulas e a contínua consulta ao regulamento pedagógico.

Deste modo, na interação com os estudantes, professores fazem o uso do regulamento pedagógico em vigor na instituição, bem como recomendam a leitura deste aos estudantes criando formas de controle adicionais, com vista a incutirem nos estudantes a forma de ser e estar em sala de aulas, bem como para corrigir os comportamentos emergentes do dia-a-dia e os não aprovados pelos professores nesta interação com os estudantes. Tal entendimento

difere da perspectiva anteriormente apresentada, que refere que, em suas interações, professores e estudantes seguem uma linha democrática, na qual criam e decidem que regras seguir em sala de aulas, como proposto por certos autores (Cheesman e Watts 1985; Domingues 1995; Fernandes 1990; Gaskin 1993; Manning e Bucher 2003; Renca 2008).

Por outro lado, compreendi que, no contexto analisado as regras em sala de aulas são negociadas tendo em conta a interação no quotidiano e permitem incorporar as propostas dos estudantes na elaboração das regras que regulam o quotidiano na sala de aulas.

Essa negociação incidia sobre necessidade de envolvimento de professor e estudantes no estabelecimento de regras incluindo datas e modalidades de avaliação. Reajuste das regras pré-definidas em sala de aulas, diante de situações que emergem no decurso da interação na sala e imprevistas anteriormente e ainda sobre as negociações diante do incumprimento das regras anteriormente estabelecidas e que davam lugar a alternativas de regulações.

Os resultados do estudo permitem compreender que, no seu quotidiano pedagógico, professores e estudantes em interação criam, combinam e renegoceiam regras, o que permite articular o disposto no regulamento pedagógico com fruto da negociação em sala de aula. Esta análise é distinta daquela avançada por autores que referem que o professor é o único que elabora as regras na sala de aulas (Burden 2003; Carita 1999; Lourenço 2003; Martins 1998; Matos 1996 e Postic 1984).

Esta é uma pesquisa exploratória que abre a possibilidade de pensar regras como algo continuamente construído que se reconfigura em sala de aulas, permitindo-nos compreendê-las e oferecendo-nos pistas para pesquisas futuras sobre a temática das regras no quotidiano.

Referências

Baldwin, R. e Cave, M. (1999). *Understanding regulation: theory, strategy and practice*. Oxford: Oxford University.

Blumer, H. (1969/1989). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Berkeley: University of California Press.

Boyer, R. (1990). *A teoria da regulação: Uma análise crítica*. São Paulo: Livraria Nobel.

Boostrom, R. (1991). "The nature and functions of classroom rules". *Curriculum Inquiry*. 21 (2), pp. 193-216.

Brunet, L. (1995). "Clima de trabalho e eficácia da escola". In: *NÓVOA, A. As Organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, p. 121.

Burden, P. (2003). *Classroom Management: creating a successful K-12 learning community*. NY: Wiley.

Carita, A. (1999). "O conflito na sala de aula: Representações mobilizadas por professores". In: *Análise Psicológica*. 1 (XVII), p. 33.

Cheesman, P. L. e Watts, P. E. (1985). *Positive behavior management: a manual for teachers*. New York: Nichols Publishing.

Chissano, S. (2018). *Criação e recriação de regras que regulam a interacção entre docentes e estudantes em sala de aulas, na FLCS, Maputo*. Dissertação (Licenciatura em antropologia) Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Arqueologia e Antropologia. Maputo.

Domingues, I. (1995). *Controlo Disciplinar na Escola, Processos e Práticas*. Lisboa: Texto Editora.

Durkheim, É. (2007). *As Regras do Método Sociológico*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Fernandes, E. (1990). *O aluno e o professor na escola moderna*. Aveiro: Editora Estante.

Gaskin, L. P. (1993). “Establishing, communicating and enforcing rules and regulations”. *The Journal of Physical Education, Recreation & Dance*. 4ª Ed, pp. 26-63.

Karrass, C. (1994). *O manual de negociação*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Lourenço, A. (2003). *A Indisciplina na Escola: Uma abordagem Comportamental e Causal*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

Manning, L. e Bucher, T. (2003). “Classroom management: Models, applications, and cases”. Columbus, OH: Prentice-Hall.

Martins, A. M. (1998). “Sociologia da Educação e a Formação de Professores”. In Painéis da Unidade de Investigação CCPSF, U.A.

Matos, M. (1996). “Projecto Educativo, Formação Contínua e Identidade Docente”. In *Revista Educação, Sociedade e Culturas*. nº 6, pp-73-92.

Maya, M. J. (2002). *A autoridade do Professor – o que pensam alunos, pais e Professores*. Lisboa: Texto Editora.

Moreira, V. e Maças, F. (2003). *Autoridades reguladoras independentes*. Lisboa: Coimbra.

Noronha, Z. e Noronha, M. (1992). *Escola Conflitos - Como Evitá-los, Como Geri-los*. Lisboa: Escolar Editora.

Postic, M. (1984). “A relação pedagógica”. Coimbra: Coimbra Editora.

Raiffa, H. (1982). “The art & science of negotiation”. Boston: Harvard University.

RP-UEM. (2015). Regulamento Pedagógico. 4ª Edição. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane

Regras in: Dicionário Enciclopédico da Sociedade da Língua Portuguesa. Lisboa: Publicações Alfa,

Regulação Social. (1997). in: Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Renca, A. (2008). *A Indisciplina na Sala de Aula: Percepções de Alunos e Professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Sampaio, D. (1997). *Indisciplina: Um signo geracional*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

UEM. (2015). *Manual de procedimentos de Gestão do Processo pedagógico*. Maputo: Direcção Pedagógica.